

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e no inciso XVI do art. 29 do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo nº 333.033/2008, resolve:

Nº 379 - Nomear, em caráter efetivo, os candidatos habilitados em concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, em vagas decorrentes da Lei nº 11.618/2007 e Portaria nº 281, de 24 de junho de 2008.

MARICÉSAR FERREIRA
RAFAEL GALVÃO DE OLIVEIRA
EDINÉIA COIMBRA DE OLIVEIRA
JOSÉ CRISTIANO NUNES DA SILVA
INALDO DO NASCIMENTO
JAUL RAMALHO DE CASTRO

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e no inciso XVI do art. 29 do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo nº 333.033/2008, resolve:

Nº 380 - Nomear, em caráter efetivo, os candidatos habilitados em concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, em vagas decorrentes da Lei nº 11.618/2007 e Portaria nº 281, de 24 de junho de 2008.
DANIELA FERNANDES FERREIRA LOPES
KLEBER VINÍCIUS BEZERRA CAMELO DE MELO
CAMILO FRANCO SALES

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e no inciso XVI do art. 29 do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo nº 333.033/2008, resolve:

Nº 381 - Nomear, em caráter efetivo, os candidatos habilitados em concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para o cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Psicologia, Classe "A", Padrão I, em vagas decorrentes da Lei nº 11.618/2007 e Portaria nº 281, de 24 de junho de 2008.
ALINE RIBEIRO DE MENDONÇA
ANTONIO MARIO LUCIO DE OLIVEIRA JUNIOR

MIN. GILMAR MENDES

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 658, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, XV, do Regulamento Interno, e com base nos arts. 2º, I, e 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar NATÁLIA SOCOLIK CATALDO, Analista Judiciária, Área Judiciária, da função de confiança de Assistente VI, Nível FC-6, do Gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

Art. 2º Designar IGOR RODRIGUES ALVES VALOIS, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função de confiança de Assistente VI, Nível FC-6, do Gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 420 - Exonerar, a partir de 17 de setembro de 2008, nos termos do art. 35, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ZERIFE SALIM MAGALHÃES, matrícula S008944, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, do Gabinete do Ministro João Otávio de Noronha.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 421 - Exonerar, a pedido, a partir de 17 de setembro de 2008, nos termos do art. 35, II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ANA LUISA DE MEDEIROS RIBEIRO DORNELLES, matrícula S036093, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, código CJ-3, do Gabinete do Ministro Herman Benjamin.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 422 - Exonerar, a pedido, a partir de 15 de setembro de 2008, nos termos do art. 35, II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CHRISTIANNE LISBOA CORDEIRO, matrícula S035992, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, do Gabinete do Ministro Herman Benjamin.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 423 - Exonerar, a pedido, a partir de 16 de setembro de 2008, nos termos do art. 35, II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, JOSÉ ROBERTO DA CUNHA PEIXOTO, matrícula S040856, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, do Gabinete da Ministra Eliana Calmon.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 424 - Nomear, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, JADSON SANTANA DE SOUSA, para o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, do Gabinete do Ministro Humberto Eustáquio Martins, em vaga decorrente da exoneração de Marcos Valério Mélo Castro.

Min. CESAR ASFOR ROCHA

SECRETARIA

PORTARIA Nº 262, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no art. 105, § 1º, do Regulamento da Secretaria do Tribunal, resolve:

Designar PATRÍCIA PEREIRA SANTANA, matrícula S050797, para a função comissionada de Assistente II, código FC-2, do Gabinete do Ministro Ari Pargendler, em vaga decorrente da dispensa de Raimundo Gefesson Gomes Silva.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 83, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da Resolução nº 22, de 04 de setembro de 2008, e a indicação do Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ad referendum, resolve:

Designar a Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, para compor a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, como membro efetivo, em substituição ao Juiz Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, e o Juiz Federal ALCIDES SALDANHA LIMA, Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, como membro suplente, a partir de 16/09/2008.

Min. CESAR ASFOR ROCHA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PORTARIA Nº 520, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, e tendo em vista o constante do Processo Virtual - n.º 503.123/2008-0, resolve:

Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do trabalho da 16ª Região, da servidora GISELE FERNANDES AZEVEDO CUTRIM, código 969, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a partir de 17/9/2008, para o exercício de função comissionada.

Min. RIDER NOGUEIRA DE BRITO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO

ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 672/05/2008-PES, resolve:

Nº 426 - TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação do candidato EDUARDO NOGUEIRA DA PONTE, na categoria funcional de ANALISTA JUDICIÁRIO/INFORMÁTICA, Área de Apoio Especializado, Nível Superior, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, de que trata o Ato nº 351, de 23.07.2008, publicado no D.O.U., Seção 2, de 29.07.2008, nos termos do § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112/90.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 672/05/2008-PES, resolve:

Nº 427 - NOMEAR, nos termos dos artigos 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112/90 c/c a Lei nº 11.416/2006, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, o candidato JOÃO CARLOS PRATES DOS SANTOS para exercer o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO/INFORMÁTICA, Área de Apoio Especializado, Nível Superior, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em vaga decorrente da Resolução nº 09/2008-TRF da 2ª Região.

JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 9.916, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em vista do Memorando nº 005 COSIS/STI, de 10.09.2008, resolve:

Art. 1º DISPENSAR, com efeitos a partir de 22.09.2008, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990:

I - JÚLIO VALENTE DA COSTA JÚNIOR, Técnico Judiciário da Área de Apoio Especializado Especialidade em Programação de Sistemas, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Desenvolvimento de Sistemas, nível FC-6, da Secretaria de Tecnologia da Informação;

II - DAVI MITSUO DA SILVA SHIBAYAMA, Analista Judiciário da Área de Apoio Especializado Especialidade em Análise de Sistemas, da Função Comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 2º DESIGNAR, com efeitos a partir de 22.09.2008, nos termos da Lei nº 11.416/2006:

I - DAVI MITSUO DA SILVA SHIBAYAMA, Analista Judiciário da Área de Apoio Especializado Especialidade em Análise de Sistemas, para a Função Comissionada de Chefe da Seção de Desenvolvimento de Sistemas, nível FC-6, da Secretaria de Tecnologia da Informação;

III - SALOMÃO FERNANDES DE FREITAS JÚNIOR Técnico Judiciário da Área de Apoio Especializado Especialidade em Programação de Sistemas, para a Função Comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desa. RAIMUNDA DO CARMO GOMES
NORONHA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 302, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 20 da Resolução n. 7.357, de 17 de dezembro de 2003 - Regimento Interno do Tribunal, resolve:

Desligar, a pedido, a partir de 16 de setembro de 2008, o servidor JEFERSON LUCIANO CANOVA, Analista Judiciário - Área Judiciária, anteriormente lotado na 58ª Zona Eleitoral - Maravilha, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, conforme o disposto no art. 33, inciso VIII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), declarando, em decorrência, a vacância do cargo acima mencionado.

Des. SOUZA VARELLA